



**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE RIO  
BRANCO-AC SOBRE O RACISMO**

**SOCIAL REPRESENTATIONS OF STUDENTS OF BASIC EDUCATION IN RIO  
BRANCO/AC ABOUT RACISM**

Wálisson Clister Lima Martins<sup>1</sup>  
Liliana Piedade de Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho baseia-se nos dados da pesquisa do Observatório de Discriminação Racial do Acre da Educação Básica, desenvolvida entre os anos de 2018 e 2019, para identificar as ideias que flutuam sobre o conceito de racismo nas representações socialmente compartilhadas por alunos de escolas de Rio Branco. Apresentar essa compreensão sobre como os alunos entendem o racismo a partir das informações que recebem (ou deixam de receber) no decorrer de sua formação é importante por abrir possibilidades para que sejam construídas reformulações didático-pedagógicas na educação das relações étnico-raciais. Como base teórica, são estabelecidos diálogos com Moscovici (2005) e Gomes (2005). A metodologia utilizada se assemelha a um estudo descritivo-interpretativo, como definido por Amado (2017), lançando mão de questionários e entrevistas estruturadas, aplicadas a alunos, gestores e professores das escolas; bem como o uso da técnica de análise de dados. O recorte aqui se concentra nas respostas dos alunos sobre a pergunta “O que é racismo?”. Nestas, pode-se perceber o desconhecimento do próprio conceito de racismo, confusões entre racismo e bullying, bem como um considerável distanciamento entre as definições dadas pelos alunos e o conceito consolidado como correto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações sociais. Racismo. Lei 10.639/2003. Educação Básica.

**ABSTRACT**

This work is based on research data from the Observatório de Discriminação Racial da Educação Básica no Acre, developed between 2018 and 2019, to identify the ideas about the concept of racism in the social representations shared by students from schools in Rio Branco. Presenting this understanding of how students understand racism from the information they receive in the course of their education is important because it opens up possibilities for pedagogical reformulations in the education of ethnic-racial relations. As a theoretical basis, dialogues are established with Moscovici (2005) and Gomes (2005). The methodology used is similar to a descriptive-interpretative study, as defined by Amado (2017), using questionnaires and structured interviews, applied to students, managers and teachers of

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (mestrado), pesquisador voluntário do Observatório de Discriminação Racial do Acre, membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Ufac (Neabi Ufac). E-mail: wclmartins@gmail.com.

<sup>2</sup> Aluna do curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Acre (Ufac), pesquisadora voluntária do Observatório de Discriminação Racial, membra do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Ufac (Neabi Ufac). E-mail: oliveiralilianna@gmail.com.



schools; as well as the use of data analysis technique. The excerpt here focuses on the students' responses to the question “What is racism?”. In these, can be perceived the unfamiliarity of the concept of racism, confusions between racism and bullying, as well as a considerable distance between the definitions given by the students and the consolidated concept as correct of the term.

**KEYWORDS:** Theory of social representations. Racism. Law 10.639/2003. Basic Education.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre da pesquisa realizada no projeto Observatório de Discriminação Racial na Educação Básica (ODR), concebido pela interação entre o Fórum Permanente de Educação Étnico-Racial do Estado do Acre (FPEER-AC) e a Universidade Federal do Acre (Ufac).

Desde 2016 o projeto atua no combate ao racismo no Estado do Acre através de estudos sobre as relações étnico-raciais, buscando abordagens diferenciadas a cada período de realização de pesquisas. Em 2016 foram feitas pesquisas em várias localidades da cidade de Rio Branco, dando enfoque às situações de racismo ocorridas no cotidiano. Em 2017, o ODR passa a abordar a temática étnico-racial na educação, tendo como base a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em toda a educação básica. Nos anos de 2018 e 2019 segue nessa mesma perspectiva, mas com recorte às práticas pedagógicas positivas de professores, coordenadores e/ou diretores especializados em Políticas de Promoção de Igualdade Racial na Escola, pelos cursos de pós-graduação Uniafro (2015 e 2016).

Fazemos então, uso dos dados coletados pelo projeto Observatório de Discriminação Racial, abordando as representações sociais de alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio sobre o conceito de racismo, em escolas públicas e privadas de Rio Branco, no Estado do Acre.

Em um contexto de reconhecimento da educação como “espaço privilegiado para a disseminação do racismo” (PINOTTI, 2016), e de vinculação histórica do Movimento Negro a um projeto educacional antirracista, é sancionada pelo Estado brasileiro, em janeiro de 2003, a Lei 10.639/03. Desde o fim do regime militar foram registradas várias propostas de lei no Congresso Nacional que buscavam a inclusão de disciplinas ou de temáticas afro-brasileiras nos currículos educacionais. Assim, essa legislação tem um histórico peculiar por



representar uma conquista de organizações populares em busca de uma educação menos eurocêntrica, que ensine e que positive a história e a cultura afro-brasileira (PINOTTI, 2016).

Pensar essa pesquisa é importante para evidenciar como os alunos entendem o racismo a partir das informações que recebem, ou deixam de receber, no decorrer de sua formação escolar, podendo esta contribuir tanto para a quebra de preconceitos, quanto para a criação de visões preconceituosas e/ou errôneas sobre a diversidade cultural e étnico-racial ou sobre o mundo.

Mas é importante também afirmar que uma visão preconceituosa não decorre somente da vida escolar do aluno. Muito pelo contrário. A escola pode se tornar um forte ambiente para repercussão do racismo (GOMES, 2012), contudo, não é aí que ele nasce, mas sim nas relações humanas com os diversos grupos sociais, mídia, família e outros. Ainda assim, como a produção deste trabalho é direcionada para as respostas dos indivíduos enquanto alunos, bem como para a ação docente na busca pela igualdade étnico-racial, nosso recorte é voltado para o que os alunos conceituam, ou não, como racismo enquanto uma produção *também* escolar.

Nesse sentido, este artigo é um elemento para se pensar as formas que falamos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, raça e racismo, tornando-se, portanto, uma fonte para possíveis reformulações didático-pedagógicas na educação das relações étnico-raciais.

Assim, o objetivo é identificar as representações que *flutuam* sobre o conceito de racismo para alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio das Escolas de Rio Branco e em que trabalham especialistas em educação étnico-racial. Em um direcionamento organizacional, dividimos este objetivo em outros dois, quais sejam: Caracterizar os principais aspectos das respostas sobre racismo; expor as possíveis confusões feitas com outros tipos de discriminação.

## **2. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Considerando as escolas como o campo da pesquisa realizada em que subsidia esse trabalho e que estas também são instituições sociais que têm uma importância para a construção de saberes individuais e coletivos criados a partir de uma relação sujeito-sujeito e sujeito-mundo social, a Teoria das Representações Sociais (TRS) contribui para a



compreensão da formação de pensamentos, percepções e ações que guiam as relações, assim como os diferentes sentidos que são atribuídos a um mesmo objeto social presente na vida cotidiana dos alunos.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) apresentada por Serge Moscovici em 1961, baseado nas representações coletivas de Durkheim, é também chamada de *teorias do senso comum* pois estas são expressões de um pensamento individual, mas que tem um processo de formação a partir da interação entre indivíduos de um mesmo grupo e de grupos diferentes entre si permitindo atribuir diversas significações a um mesmo objeto social (PEREIRA, ALMEIDA & TORRES, 2003).

As significações que a TRS atribui a um determinado objeto social está relacionada a importância que o sujeito dá ao objeto. Essa importância exerce uma influência nos pensamentos, e comportamentos do sujeito com o meio social. E dessa forma, as representações possuem um valor com a dupla função: tornar os indivíduos capazes de dominarem seu mundo social; e de facilitar a comunicação entre os membros de um mesmo grupo através de um código que irá ajudar a classificar histórias individuais e grupais (MOSCOVICI, 1983 apud CERQUEIRA, 2011).

É com o objetivo de atribuir significado ao que antes era desconhecido que a teoria apresenta dois processos indissociáveis que procedem as representações, tornando familiar o que antes era não-familiar: a objetivação e a ancoragem. Na objetivação o desconhecido passar a ser familiar tornando concreto o que antes era abstrato, ou seja, “o conceito transforma-se em imagem” (LOPES, 2013, p. 25160). Na ancoragem as imagens já criadas por sua vez ganham um sentido dentro de uma hierarquia de valores no qual são atribuídas significações para as mesmas (LOPES, 2013).

Dentro dessa perspectiva, o enfoque dado a TRS possibilita conhecer as representações que os alunos da Educação Básica partilham sobre o que é racismo assim como as práticas e atitudes relacionadas a esse fenômeno social presente não apenas no contexto escolar, mas em todas relações exteriores a escola. Podendo ainda, estas representações serem localizadas enquanto próximas ou distantes do conceito mais consolidado do termo Racismo.



### **3. O FENÔMENO SOCIAL DO RACISMO**

Para falar sobre o racismo é necessário antes apresentar a conceituação de Preconceito racial e Discriminação racial, visto que, por muitas vezes esses conceitos são normalmente utilizados como sinônimos nas representações sociais de muitos alunos.

O preconceito racial, assim como outros tipos de preconceitos, é um julgamento antecipado e negativo em relação a um grupo racial levando a comparações de padrões de beleza e inteligência baseado em valores impostos socialmente. O preconceito, conforme Gomes (2005), é aprendido socialmente através das relações que uma criança mantém durante toda a vida, podendo considerar que os primeiros julgamentos raciais que elas têm contato são resultados do contato com os adultos “coloca constantemente diante do trato negativo dos negros, dos índios, das mulheres, dos homossexuais, dos idosos e das pessoas de baixa renda” (GOMES, 2005, p.55).

Enquanto a discriminação racial, é entendida como a efetivação do preconceito, no entanto não deve tida com um produto direto do mesmo, pois também pode ser originada de “processos sociais, políticos e psicológicos” além do próprio preconceito que o indivíduo desenvolve (TEIXEIRA, 1992 apud GOMES 2005, p. 55). Ainda, a discriminação racial também é considerada como a ação do racismo que provoca o prejuízo material e/ou moral de uma pessoa da sua raça ou cor da pele. (GOMES, 2005).

Ademais, Lima e Rezende (2009) classificam a discriminação racial em dois tipos de ações: a ações intencionais e as ações não intencionais. As ações intencionais o propósito é de promover a distinção para justificar a preferência por parte de um grupo e detrimento de outro. Já as ações não intencionais obtém o mesmo propósito, mas de maneira indireta por meio de normas ou práticas administrativas que são excludentes.

Para Munanga (2004) o conceito de racismo nasceu na década de 1920, recebendo, por muitas vezes, diferentes definições pois cada sujeito não lhe atribuí os “mesmos conteúdos significados” (MUNANGA, 2004). Assim, recorreremos a Gomes (2005) e Munanga (2004) para a conceituação acerca do racismo.

Enquanto resultado de uma configuração histórica e uma construção social o fenômeno do racismo seria uma ideologia que acredita na divisão da humanidade em grupos



chamados de raças e que estas são hierarquizadas com base em características biológicas que por sua vez justificam as características intelectuais, morais e comportamentais de um determinado grupo (Munanga, 2004).

Então, Gomes (2005) configura o racismo como uma aversão ou ódio que tem como resultado comportamentos direcionados às pessoas que possuem a cor da pele, o tipo de cabelo, dentre outras características, que são referências de um determinado grupo racial; mas também entende o fenômeno como um conjunto de imagens e ideias que são compartilhadas entre alguns grupos que “acreditam na existência de raças superiores e inferiores” (GOMES, 2005, p.52).

Gomes (2005) então apresenta duas formas de como o racismo se expressa que, segundo a autora, estão interligadas: o racismo individual e o racismo institucional. Em sua forma individual são manifestados atos, considerados discriminatórios, e cometidos por indivíduos contra indivíduos, enquanto em sua forma institucional, as práticas racistas são promovidas pelo Estado ou pelas instituições, seja isolando as pessoas negras em escolas e empregos ou retratando populações de uma forma estereotipada através da mídia ou de materiais didáticos.

Dessa forma, a diferenciação conceitual permite entender a classificação que é dada aos fenômenos identificando as diferenças entre os mesmos onde por vezes são transformados em sinônimos através das representações sociais que são compartilhadas nas diversas relações estabelecidas, e principalmente no que aborda este trabalho, as relações do contexto escolar. Levando em consideração ainda que a classificação é necessária permitindo o conhecimento do outro e de si mesmo pois na verdade “eu sou o outro para ele (...) e ele é o outro para mim” (LIMA; REZENDE, 2009, p.3).

#### **4. METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de natureza exploratória e se assemelha à definição de Amado (2017) de um estudo descritivo-interpretativo, cuja característica central é “a preocupação por descrever padrões e características de uma dada população ou área de interesse” (AMADO, 2017, p. 120). Assim, possibilitados por essa metodologia e pela abordagem qualitativa, lançamos mão de questionários, entrevistas estruturadas e análise de dados, a fim de identificar as representações sociais de racismo dos alunos do Ensino Fundamental II e



Ensino Médio das Escolas de Rio Branco em que trabalham especialistas em educação étnico-racial.

O início da pesquisa compreende o trabalho acontecido durante o Curso de Formação para o Observatório de Discriminação Racial, no início do ano de 2018, em que foram desenvolvidas atividades de leitura, apresentação e discussão de bibliografias. O passo seguinte consistiu na construção efetiva das ferramentas e dos métodos para a efetivação da pesquisa, que feita de forma conjunta, fez uso de elementos estudados na formação, tais como as definições trazidas por Gomes (2012) sobre o conceito de práticas pedagógicas para criar as dimensões a serem analisadas nas escolas.

Feito o contato com as escolas e com os especialistas em Educação Étnico-Racial, o passo posterior se desenvolveu dentro das instituições de ensino, e consistiu na efetiva coleta de dados. Para isso, o projeto fez uso de observações do espaço escolar e dos acervos bibliográficos das escolas, entrevistas com professores e gestores, preenchimento de questionários e dinâmicas com os alunos (tais como rodas de conversa, contação de histórias, análises conjuntas de música, entre outras atividades).

O presente trabalho está aplicado aos dados que provêm dos questionários respondidos por alunos de escolas de Rio Branco. Esse questionário era composto por perguntas abertas e de múltipla escolha, sendo estas relacionadas à identidade étnico-racial do aluno, ao ensino de história e cultura afro-brasileira, e à conceituação e possíveis vivências do racismo em seu cotidiano.

A pesquisa foi realizada em 21 escolas que estão localizadas em diversos bairros de Rio Branco, sendo 12 do primeiro ciclo do Ensino Fundamental e 9 do Ensino Médio. As escolas também variam de acordo com as modalidades de ensino: 3 escolas que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), 1 escolas de Ensino Integral e 17 escolas de Ensino Regular. Ao todo, 208 alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio de Rio Branco responderam o questionário da pesquisa.

Para o processamento do dados colhidos, fizemos uso da técnica de Análise de Conteúdo, que, como definida por Amado (2017), é “(...) um processo adequado à análise de dados qualitativos em que o investigador quer apreender e aprender algo a partir do que os sujeitos da investigação lhe confiam, nas suas próprias palavras” (p. 350). É constituída pela leitura atenta e ativa dos dados colhidos na fase anterior da metodologia, observando similaridades e diferenças das respostas dadas pelos sujeitos, a partir dos quais são criadas,



junto aos conceitos e critérios propostos no referencial teórico escolhido, categorias de análise que possibilitam as inferências feitas pelo(a) pesquisador(a) em formato textual (AMADO, 2017).

O autor traz ainda a conceituação de ‘categoria’ dada por Robert e Bouillaget (1997), que definem o termo como um conceito resultante de um processo de “abstração generalizante no qual o investigador decide situar sua apreensão do corpus para o tornar pertinente em seus objetivos” (ROBERT; BOUILLAGET, 1997 apud AMADO, 2017).

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Respeitando os princípios de exaustividade, exclusividade, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade elencados por Amado (2014) no uso de uma metodologia com aproximação da análise de conteúdo, emergiu apenas a categoria “Conceituações de racismo”, orientada pelas respostas à pergunta “Você sabe o que é racismo? Explique o que você entende”. Atentando-se às representações presentes nas respostas que antes são pensadas partir da utilização de “classificações, categorizações e rotulações” (LOPES, 2013, p.25160). Surgiu, assim, a necessidade de elaboração de subcategorias que melhor caracterizassem as respostas dos alunos, conforme tabela 01. Dessa maneira, a pergunta orientadora foi aberta às palavras dos alunos, onde emergiram 9 subcategorias na análise das respostas:

Tabela 1: Organização dos dados para análise

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTRO
Conceituações de racismo	A. Violência relacionada à raça	Entendem que o racismo é uma violência que se relaciona com o fenótipo racial.	<ul style="list-style-type: none"><li>• “Discriminação pela raça ou cor”;</li><li>• “É quando as pessoas têm alguma forma de ódio por causa da cor”;</li><li>• “É quando a pessoa julga o próximo pela raça”.</li></ul>
	B. Violência relacionada a negros e indígenas	Entendem que o racismo é uma violência que se direciona a corpos específicos: negro e/ou indígena.	<ul style="list-style-type: none"><li>• “Eu entendo que é discriminar pessoas negras”;</li><li>• “Preconceito com negros”</li><li>• “É a pessoa negra sendo criticada por outra”.</li></ul>
	C. Violência relacionada a brancos	Entendem que o racismo é uma violência que também se direciona a corpos brancos	<ul style="list-style-type: none"><li>• “Preconceito com quem é negro ou branco”.</li></ul>



D. Similar ao bullying	Estabelecem uma relação de paridade entre racismo e bullying ou preconceito.	<ul style="list-style-type: none"><li>• “Quando as pessoas sofrem bullying contra a sua cor”;</li><li>• “Quando você recebe tipo um bullying”;</li><li>• “Racismo é que a pessoa lhe julgar pelo que você é”.</li></ul>
E. Criminalização	Se restringem a dizer que o racismo é crime.	<ul style="list-style-type: none"><li>• “É crime”;</li><li>• “Brincadeiras ilegais, <i>peadas</i>”;</li></ul>
F. Atribuição a doença	Se restringem a dizer que o racismo é doença.	<ul style="list-style-type: none"><li>• “Racismo é doença”;</li></ul>
G. Similar ao preconceito e/ou discriminação	Se restringe a definir racismo como preconceito ou discriminação.	<ul style="list-style-type: none"><li>• “Discriminação”;</li><li>• “É uma forma de preconceito”;</li><li>• “Tentar diferenciar uns dos outros”.</li></ul>
H. Não soube responder	Afirma não saber responder.	<ul style="list-style-type: none"><li>• “Não sei de nada”;</li><li>• “Não sei o que é”;</li><li>• Não respondeu.</li></ul>
I. Sem enquadramento	Não fornecem respostas coerentes à pergunta.	<ul style="list-style-type: none"><li>• “Indiferença de aspectos”;</li><li>• “Sim, é o que acontece comigo”;</li></ul>

Fonte: Os autores, 2020.

A delimitação da subcategoria “A. Violência relacionada à raça” se deu a partir das respostas que relacionam os termos “etnia”, “raça/cor”, “cultura” e/ou “origem”, mas, com base na interpretação não parecem chegar a uma conclusão sobre quem é afetado pelo racismo, ou, se o fazem, não o mencionam em suas respostas. Por outro lado, na subcategoria “B. Violência relacionadas a negros e indígenas” as respostas estabelecem relação entre o conceito do racismo como direcionado a corpos específicos, onde estão presentes as expressões “negro/negra” ou “preto/preta”. As duas subcategorias têm limitações pois são criadas a partir de respostas curtas e diretas, entretanto, são as mais próximas dos conceitos mais aceitos de racismo, referenciados acima nas palavras de Gomes (2005) e Munanga (2004).

Ainda dentro da subcategoria “B”, percebeu-se que nenhum aluno chegou a elencar os povos indígenas como vítimas do fenômeno social do racismo. Entretanto, apesar do conceito ter surgido no século XX, o racismo como prática faz parte da história brasileira desde o período colonial, quando os habitantes do território invadido pelos portugueses não eram considerados homens. A Carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1500, exemplifica: “Parece-me gente de tal inocência que, *se homem os entendesse e eles a nós*, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm nem entendem em nenhuma crença”. Evidenciando assim que no contexto brasileiro tanto os povos indígenas quanto os



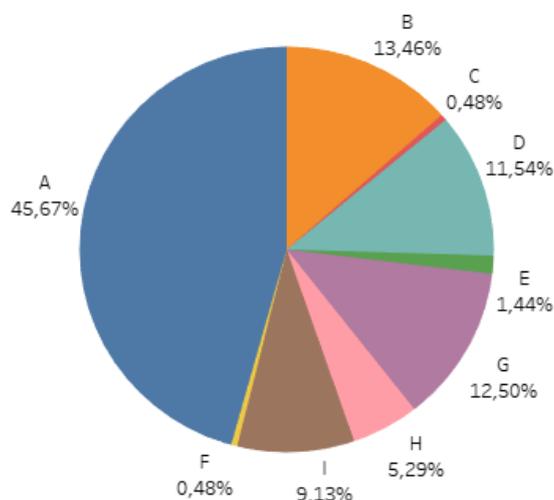
descendentes de africanos foram e ainda são discriminados através dos séculos por uma ideologia racial que tende a beneficiar pessoas brancas negando o direito de outras.

As falas “é quando as pessoas tem alguma *forma de ódio* por causa da cor”, “Quando uma pessoa é considerada *inferior* às outras por sua raça, cor ou origem”, “O racismo é *rejeitar* as pessoas por causa da cor. *Não dá oportunidade*”, são enquadradas na subcategoria “A” e revelam que esses discentes percebem a profundidade e a violência do fenômeno – principalmente quando citam a questão da rejeição e da não-oportunidade, possivelmente se referindo aos relacionamentos do cotidiano – e que, ainda assim, não percebem (ou não citam) a quem essa violência é destinada.

Por outro lado, as afirmações “Racismo é aquela pessoa que acha que os *negros não tem valor e direitos*”, “Preconceito contra pessoa negra ou *lgbt*”, “É você zombar de uma pessoa por ser *negra, pobre etc*”, abrangidas pela subcategoria “B”, possibilitam afirmar que parte desses estudantes percebem a quem a violência é direcionada. Além disso, também podem ser percebidas algumas tentativas de introdução de alguns conceitos exteriores ao recorte racial, como *lgbt* ou *pobre*.

De modo geral, percebemos, no Gráfico 1, que a grande parte dos alunos (59,13%, referente à soma das subcategorias “A” e “B”) conseguem entender que o racismo é uma violência que se relaciona à determinados estereótipos de raça e/ou cor. No entanto, a maior parte (44,67%, referente à categoria “A”) não faz menção a uma raça/etnia em específico.

Gráfico 1 – Frequência das categorias da pesquisa



Fonte: os autores (2020)



A subcategoria “C. Violência relacionada a brancos” apresenta apenas uma ocorrência em que afirma que pessoas brancas são possíveis vítimas de racismo, fazendo referência ao mito do racismo reverso. Apesar de ser um pequeno quantitativo, é necessário trazer o tema para discussão. Trazemos Ribeiro (2018) para afirmar que o racismo é um sistema de opressão, e, por isso, envolve relações de poder. Como dito anteriormente, é histórico e estrutural que, em nossa organização social, a população negra não tem poder institucional para inverter a lógica entre vítima e agressor, presente nesse sistema. Assim, não é possível o racismo de negros contra brancos, porque o próprio racismo se organiza de forma estrutural e institucional. Ribeiro (2018) reforça: “há uma hegemonia, a branca, criada pelo racismo que confere privilégios sociais a um grupo em detrimento de outro” (p. 27). Assim, se faz possível afirmar a inexistência de um sistema de opressão referenciado pela resposta do/da discente.

A subcategoria “D. Similar ao bullying” é relativa aos que estabelecem uma relação de paridade entre racismo e bullying ou preconceito, referindo-se aos que conceituam o racismo como um “tipo” de bullying. É alto o número de alunos que se confundem entre esses conceitos (quase 12%, referente à categoria “D”)<sup>3</sup>. Desta forma, é fundamental conceituar os dois termos e elencar suas similaridades e diferenças.

O racismo tem aquele mesmo conceito apresentado acima no texto: é um fenômeno social de caráter histórico, que hierarquiza raças/etnias enquanto superiores e inferiores, e que deságua em ações de aversão ou ódio a pessoas que “possuam um pertencimento racial observável por meio de sinais” (GOMES, 2005).

Quanto ao bullying, trazemos a conceituação a partir da Lei 13.185/2015:

(...) considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (BRASIL, 2015).

Não é claro na legislação se a prática do bullying se restringe às escolas, mas se percebe que é recorrente a relação feita entre crianças, pré-adolescentes e adolescentes e a intimidação sistemática, em espaços variados de convivência. Ademais, a violência

---

<sup>3</sup> Fonte: os autores (2020).



encontrada no *bullying* está atrelada a uma relação de desequilíbrio de poder sem motivo aparente.

Esses dois fenômenos se diferenciam justamente pelo caráter histórico do racismo e pela relação de inferiorização deste último, que é pautado nas características físicas dos indivíduos e se estende aos imaginários e aos espaços de convivência ocupados por adultos. A perceptível confusão entre esses fenômenos acontece porque os dois se vinculam a relações de violência, nas quais a vítima é inferiorizada pelo agressor; mas também parece existir (e com certa força) nas representações sociais dos alunos a ideia de que o racismo se enquadraria em uma das motivações/categorias do *bullying*.

A confusão entre *bullying* e racismo nas representações sociais dos alunos é recorrente, e deve ser um ponto a ser explorado pelos professores da educação básica, sendo obrigatoriamente combatidos, mas levando em consideração que o racismo é um fenômeno de violência socialmente mais profundo que o *bullying* e se entranha nas instituições, até mesmo na vida adulta.

A subcategoria “E. Criminalização” (1,44%)<sup>4</sup> abrange as respostas que configuram o racismo como crime. Entende-se aqui que a prática do racismo é vista como algo condenável, essa representação presente nas respostas tem relação ao fato do racismo ser criminalizado pela legislação brasileira, onde resulta “de preconceito de raça ou de cor” como previsto na Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989. (BRASIL, 1989).

Por sua vez a subcategoria “F. Atribuição a doença” (0,48%)<sup>5</sup> diz respeito aos que afirmam o racismo como uma forma de doença, estabelecendo através de suas relações uma significação de que algo necessita ser combatido ou curado.

Essas conceituações podem dizer respeito a expressões mais evidentes do racismo (situações onde o racismo se faz mais explícito), relatadas frequentemente na história, nas mídias televisivas e redes sociais. Entretanto, ao distanciar esse fenômeno de sua realidade, os alunos podem deixar *passar despercebido*, em seu cotidiano, as formas mais sutis do racismo.

A subcategoria G referente a “Similar ao preconceito e/ou discriminação”, compreende cerca de 12,50% das respostas que fazem referência ao preconceito ou discriminação. Nas repostas dessa subcategoria não são especificadas nenhuma característica relacionada ao fenótipo racial. No entanto, entendemos a possibilidade de os termos estarem

---

<sup>4</sup> Fonte: os autores (2020).

<sup>5</sup> Fonte: os autores (2020).



associados ao racismo tendo em vista o tema norteador da pergunta. Teoricamente, são percebidas diferenças entre os termos “preconceito” e “discriminação”. Para Gomes (2005),

A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. (GOMES, 2005, p.55).

Algumas das falas elencadas foram “Tentar diferenciar uns dos outros” e “É um feito de não aceitar as opiniões, ou até mesmo das pessoas serem diferentes”. Esses registros permitem entender o termo “diferença” como associado à discriminação. Ainda estão presentes nessa subcategoria as respostas que falam sobre o julgamento e a não aceitação das diferenças, estas últimas não sendo específicas.

As subcategorias “E. Criminalização”, “F. Atribuição à doença” e “G. Similar ao preconceito e à discriminação” referem-se a respostas rápidas evocadas a partir da palavra racismo, demonstrando que o aluno tem pouco conhecimento sobre o tema, de modo que liga diretamente àquilo que ouve constantemente.

A subcategoria “H. Não soube responder” abrange os alunos que afirmaram não saber responder às perguntas. É representada por 5,9%<sup>6</sup> dos estudantes.

A última subcategoria, “I. Sem enquadramento”, diz respeito às respostas que não puderam ser enquadradas nas subcategorias anteriores por não apresentarem uma lógica coerente na conceituação do racismo. Ainda assim, seguindo uma perspectiva de abordagem qualitativa, optou-se por destacar duas conceituações de racismo elencadas pelos discentes que emergiram nessa subcategoria: “Desigualdade social” e “Sim, é o que acontece comigo”.

A primeira se revela como uma confusão na definição de racismo, profundamente afetada pela vinculação da população negra à pobreza. Para Silva (2009), o racismo confunde-se com a pobreza e com a desigualdade social pois as práticas discriminatórias colocaram, e ainda colocam, o negro em um lugar de inferioridade. No entanto, a pobreza e a desigualdade social não devem ser vistas como causa da discriminação, visto que “o negro não é discriminado por ser pobre, ele é pobre devido à discriminação” (SILVA, 2009, p.31).

A segunda afirmação “Sim, é o que acontece comigo” é proferida por um aluno que se autodeclara preto e evidencia que o mesmo tem conhecimento de que é uma vítima do

---

<sup>6</sup> Fonte: os autores (2020).



racismo em sua escola, revelando que as manifestações racistas ainda estão presentes nas mais diversas instituições, e nesse caso em um contexto escolar.

A Escola não é, efetivamente, o lugar social onde o racismo nasce, mas é um dos espaços onde ele ocorre, o que exige um posicionamento antirracista por parte da gestão e do corpo docente. Ainda assim, faz-se necessário dizer que essa responsabilidade de combate ao racismo não é apenas da Escola, mas também de várias outras instituições sociais. Por isso deve-se ter muito cuidado para não eleger o professor como único responsável pelo combate ao racismo, ou como o herói único que possibilita outras visões para os educandos, pois, ao não conseguir atingir esse *ideal*, o docente tende a ser responsabilizado por ele, se sentindo decepcionado consigo e com sua carreira, acarretando consequências para si, para o aluno e para sua categoria.

Ademais, de acordo com Gomes (2012), não é sempre que a formação docente contribui com o desenvolvimento de uma ação pedagógica antirracista. Oliveira (2016), vai afirmar que palestras e cursos rápidos não são suficientes na sensibilização de professores da Educação Básica, visto que a perspectiva antirracista é uma manifestação também política, e envolve a sensibilização dos indivíduos para outros referenciais que não os legitimados pelo poder eurocêntrico, por isso analisa a formação inicial dos docentes como elemento central para uma maior efetivação da legislação.

Ainda assim, a Educação antirracista, sendo efetivada através de uma formação densa e consistente e de uma perspectiva de responsabilização horizontalizada, é a perspectiva mais adequada para a busca de uma sociedade cada vez menos racista.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho, embasado nos dados da pesquisa do Observatório de Discriminação Racial na Educação Básica (ODR), objetivou identificar as representações que “flutuam” sobre o conceito de racismo para alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio de Escolas de Rio Branco e em que trabalham especialistas em educação étnico-racial. Foram, portanto, caracterizados os principais aspectos das respostas sobre racismo e expostas as confusões feitas com outros tipos de discriminação a partir do enquadramento das respostas dadas em categorias, conforme a metodologia de Análise de Dados proposta por Amado (2017).



Aferimos que boa parte dos alunos consegue perceber o racismo enquanto uma estrutura social que violenta corpos específicos, possivelmente como resultado da ação dos professores formados pelos cursos Uniafro. Entretanto, também foi expressiva a quantidade de discentes que confundiram o termo com outros conceitos, tais como bullying, preconceito, crime, doença, e, até mesmo em um caso específico, acredita ser possível a existência do racismo reverso.

Apostamos na continuidade e no fortalecimento dos trabalhos com a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica e na formação de professores, a fim, justamente, de combater os preconceitos e os racismos.

### REFERÊNCIAS

AMADO, João. **Manual de pesquisa qualitativa em Educação**. 3. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. 434 p.

BRASIL. **LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF. Nov. 2015. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm>> Acesso em: 12 Jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. **Representações sociais da escola**: percepção de professores de escolas públicas do distrito federal. X Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. Curitiba, 2011. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5994\\_3565.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5994_3565.pdf)>. Acesso em 16 jan. 2020.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62. **Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. 1a. ed. Brasília: MEC/UNESCO, 2012. v. 1. 422p.

LIMA, Gildete Rainha de; REZENDE, Alexandre Luiz Gonçalves de. **Representações sociais da discriminação racial por adolescentes no contexto escolar**. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Salvador, 2009. Disponível



em:<[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6227/1/EVENTO\\_Representa%C3%A7%C3%B5esSociaisDiscrimina%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6227/1/EVENTO_Representa%C3%A7%C3%B5esSociaisDiscrimina%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em 20 jan. 2020.

LOPES, Telma Jannuzzi da Silva. **As representações sociais e a educação**. XI Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. Curitiba, 2009. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/9077\\_6744.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/9077_6744.pdf)>. Acesso em 20 dez.2019

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**[S.l: s.n.], 2004.

OLIVEIRA, Claudia Cristina de. **Entre direitos e deveres**: um estudo sobre as literaturas africanas e afro-brasileiras nos cursos de letras para o atendimento à lei 10.639/200. 2016. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

PEREIRA, Cícero; TORRES, Ana Raquel Rosas; ALMEIDA, Saulo Teles. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v.16, n. 1, p. 95-107, 2003. <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n1/16801.pdf>>. Acesso em 8 jan. 2020.

PINOTTI, M. L. O Movimento Negro e a configuração da Lei 10.639/03. In: Encontro Regional de História – ANPUH/NE, 13. **História e democracia**: possibilidades do saber histórico. Coxim – MS. Anais (on-line). Nov. 2016. Disponível em: <[http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1477018313\\_ARQUIVO\\_artigoCompleto.pdf](http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1477018313_ARQUIVO_artigoCompleto.pdf)> Acesso em 10 jan. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. **A construção social de identidades étnico-raciais**: uma análise discursiva do racismo no Brasil. 2009. 267f.Tese. (Doutorado em Linguística) Brasília. Universidade de Brasília. Disponível em <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4180/1/2009\\_FranciascaCordeliaOliveiradaSilva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4180/1/2009_FranciascaCordeliaOliveiradaSilva.pdf)>. Acesso em 20 jan.2020.

Enviado em: 01/02/2020  
Aprovado em: 02/06/2020